

A disputa pela Caxemira entre Índia e Paquistão: nacionalismo hindu e perfil de forças militares

The dispute for Kashmir between India and Pakistan: Hindu nationalism and military forces profile

Rev. Bras. Est. Def. v. 7, n° 1, jan./jun. 2020, p. 151-177

DOI: 10.26792/RBED.v7n1.2020.75183

ISSN 2358-3932

EDSON JOSE NEVES JR.

INTRODUÇÃO

Em estudos situacionais, é corrente o emprego de alguns critérios para construção do desenho de pesquisa, como Acontecimentos, Cenários, Atores, Relação de Forças, Relação entre estrutura e conjuntura (Souza 1984). Contudo, cada caso demanda uma análise própria, determinada pela sua natureza e transformação. As variáveis mais importantes são, portanto, escolhidas com base na sua relevância para o caso analisado (Cruz 2000). Nas circunstâncias recentes da disputa pela Caxemira e dos padrões de comportamento de Índia e Paquistão, condicionados pela soberania na região, destacam-se dois elementos essenciais, e os acontecimentos recentes estão conectados a esses fatores. Primeiro, a chegada ao poder do primeiro-ministro Narendra Modi, do *Bharatiya Janata Party* — BJP (Partido do Povo Indiano), defensor de um projeto nacionalista hindu. E, segundo, a convicção na capacidade dissuasória da Índia contra ameaças convencionais e assimétricas provenientes do Paquistão, devido à modernização militar desenvolvida não apenas no governo atual, mas desde a última guerra indo-paquistanesa, em 1999. A vitória eleitoral de um projeto que se acredita reformador, articulado e sustentado na convicção na superioridade bélica e operacional, induziram uma nova onda de tensões regionais e uma alteração nos padrões de relacionamento entre as potências da Ásia meridional. Em síntese, essa é a resposta para a pergunta de pesquisa que orienta esse artigo, sobre as razões da mudança

Edson Jose Neves Jr. — Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia — UFU. Licenciado e Especialista em História, mestre em Relações Internacionais e doutor em Estudos Estratégicos Internacionais, todos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS.

nas relações entre Índia e Paquistão nos últimos anos, em especial depois da ascensão do governo do BJP ao poder. Por esses motivos, o maior peso explicativo para os acontecimentos recentes na Caxemira deveu-se às mudanças na Índia.

O Paquistão e a Índia já lutaram quatro guerras envolvendo a Caxemira. No final dos anos 1980, para manter ativa a disputa pela Caxemira, setores do Estado paquistanês apostaram na guerra assimétrica reposicionando guerrilheiros islâmicos, antes empregados contra os soviéticos no Afeganistão, para a região. A resposta indiana àquelas circunstâncias seguiu padrão consagrado das outras guerras: em um primeiro momento respondeu com repressão militar e intervenção federal e, posteriormente, procurou o relaxamento das tensões e pacificação com o Paquistão, bem como a normalização do cenário político caxemir com o retorno ao *statu quo* (Neves Jr. 2014). Recentemente, o governo do BJP reverteu esse padrão ao alterar a condição particular da Caxemira indiana e promover ataques ao território paquistanês, o que chamou a atenção e tem demandado explicações sobre suas motivações.

Nos últimos anos, uma série de atentados promovidos por grupos jihadistas na Caxemira indiana, seguidas de intervenções federais do governo de Nova Deli, acompanhadas de respostas violentas por forças militares e paramilitares, marcaram a realidade da região. Além de ações militares em território paquistanês, com os chamados “ataques cirúrgicos”, o governo do BJP promoveu importantes alterações legais na condição especial do Estado de Jammu e Caxemira. Após as eleições de maio de 2019, o governo do BJP decretou a suspensão dos artigos 370 e 35A da Constituição indiana, que garantiam substantiva margem de autonomia para o Estado de Jammu e Caxemira. De acordo com os textos, agora invalidados, a região poderia ter um chefe de governo e Constituição próprias, e os cidadãos gozavam de particularidades legais, como o direito exclusivo de adquirir propriedades imobiliárias. O caso específico do artigo 35A, que impedia a aquisição de terras por cidadãos não-caxemires, visava manter o equilíbrio demográfico étnico-religioso e evitar políticas de migração em massa de outros Estados indianos para a Caxemira com o objetivo de amplificar a politização identitária já existente (Hussain 2019). Além da alteração no estatuto da Caxemira, consta na proposta a divisão do Estado em duas unidades administrativas — os territórios da União de Jammu e Caxemira e o de Ladakh, ambos com reduzidas liberdades políticas e interventores indicados pelo presidente (Pant 2019). Se as transformações em curso se consolidarem no decorrer dos anos, a Caxemira indiana passará de um Estado autônomo para uma região militarizada e subordinada ao gabinete ministerial nacional.

Assim, dadas as alterações na situação da disputa pela Caxemira entre Índia e Paquistão, o objetivo desse artigo é oferecer uma interpretação para essa conjuntura amparando-se tanto na compreensão do programa de governo do BJP, quanto nas contribuições conceituais adaptadas da Teoria da Transição de Poder — TTP.

Para atender à finalidade aqui proposta, o artigo se divide em duas seções, além de “Introdução” e “Considerações finais”. A primeira apresenta os detalhes do projeto político ultranacionalista do governo de Modi. Trata-se de um contexto relativamente novo para o país e demais nações vizinhas porque, historicamente, a Índia comprometeu-se com um modelo de governo pautado pelo secularismo e multiculturalismo. Nesse sentido, a Caxemira tornou-se o símbolo das políticas nacionalistas sustentadas pelo governo do BJP, o que trouxe a região, novamente, para o centro do debate público. A segunda seção do texto apresenta um método de pesquisa centrado na aferição das capacidades militares da Índia comparadas às do Paquistão, em termos quantitativos e qualitativos. A proposta divide-se em duas bases: compreende indicadores de potencial e poder militar, entendidos como elementos que contribuem de maneira indireta e direta para o esforço de guerra e meios de dissuasão; e atenta aos recursos modernizados de guerra, relativos à Digitalização, Guerra em Rede, Consciência de Situação Ampliada e Ataque de Precisão. Para averiguar os fatores *poder* e *potencial* militar, as fontes utilizadas são variadas, mas merecem destaque os dados obtidos no *Military Balance*, do centro de estudos britânico *International Institute for Strategic Studies (IISS)*. Aferir se a convicção na superioridade indiana se mostra, de fato, no perfil de força construído desde a última guerra de 1999 é o objetivo dessa última seção. Como marcos temporais para comparação de capacidades, serão considerados o ano da última guerra entre os dois países, 1999, e o contexto atual da disputa, tendo como limite o ano de 2018, pela disponibilidade de informações. O argumento em favor do potencial e do poder militar para explicar a reconfiguração da geopolítica da Ásia meridional se justifica por estarem os dois países oficialmente em guerra desde 1947.

A ÍNDIA SOB O GOVERNO DO BJP

O recrudescimento das tensões na Caxemira tem suas raízes na chegada ao poder do partido nacionalista-religioso hindu, o BJP, em especial com a sua versão atual, chamada de “BJP 2.0”,¹ liderado por Narendra Modi. A diretriz ideológica básica do partido é uma versão do *Hindutva*, o nacionalismo hindu. Contudo, esse campo de pensamento apresenta variações drásticas em sua essência: algumas linhas defendem a transformação da

Índia em um Estado teocrático, e outras, mais moderadas, pleiteiam o reconhecimento do hinduísmo como religião oficial do país. O que há em comum entre as distintas posições é:

[...] a crença de que a Índia é fundamentalmente uma *rashtra* (nação) hindu. O território universalmente reconhecido como a Índia moderna, argumentam eles, está inextricavelmente ligado a uma antiga tradição religiosa e cultural hindu que merece um lugar de destaque acima de todas as outras tradições encontradas dentro das atuais fronteiras da Índia (Vaishnav 2019, 9, tradução minha).

O nacionalismo hinduísta se estrutura a partir de uma ampla organização central que abriga diversos movimentos sociais e políticos. Trata-se da *Sangh Parivar*, que em uma tradução livre pode ser descrita como a “Família da União” hindu, liderada pelos *Rashtriya Swayamsevak Sangh* — RSS (Corpos de Voluntários Nacionais), um grupo político criado ainda no período colonial, no contexto das lutas de libertação da Índia. Diferenciava-se do Congresso Nacional e dos partidos de esquerda, ambos seculares, justamente por sua defesa de uma nação livre alinhada com o hinduísmo (Jaffrelot 2007). O BJP contemporâneo se origina nessa arquitetura política antiga que, até o início dos anos 1990, tinha pouco apelo popular e fraco desempenho eleitoral (Verma 2019, 26–9).

Destarte, o nacionalismo hindu e a polarização com religiões minoritárias, em especial, a islâmica, foram os elementos decisivos para a recente alteração da situação da Caxemira. Ao longo do primeiro mandato de Modi (maio/2014 a maio/2019), no que concerne à diretriz política nacionalista hinduísta, o discurso e a prática seguiram um padrão mais desconectado se considerada a maior parte do país, e muito mais intenso no caso particular da Caxemira. O “BJP 2.0”, limitado pela realidade institucional e pelas pressões de grupos políticos, não se submeteu a bandeiras polêmicas de setores da *Hindutva*, como a mais radical, para a formação de um regime teocrático. Mesmo suas promessas de campanha nessa área, sintetizadas em três iniciativas, como a construção de um templo Hindu em *Ayodhya*, a criação de um código civil uniforme (ou leis pessoais) aplicado não somente aos hindus, mas a outras comunidades religiosas, e a abolição do status autônomo, constitucionalmente garantido, de Jammu e Caxemira (Vaishnav 2019), não apresentaram avanços consideráveis.² O comportamento de Modi em circunstâncias de embate entre organizações religiosas tem se pautado pelas respostas do *tipo avestruz*: “de não dizer nada ou de tuitar platitudes” (Seervai 2016).

Contudo, o governo exerceu comportamento característico do movimento ultranacionalista em algumas políticas ou episódios relevantes: ao

apoiar discretamente ou mesmo acobertar grupos fundamentalistas hinduístas e suas ações violentas contra minorias, em especial contra a comunidade muçulmana; ao propor iniciativas específicas à educação, como o projeto de mudança curricular para minimizar (ou apagar) nos livros de História a presença islâmica na construção da civilização indiana; e ao perseguir universitários, servidores públicos e personalidades públicas pelas suas críticas ao governo (Kaul 2017; Vaishnav 2019). Como ressaltou N. Kaul, “O mandato de Modi foi desastroso para minorias, ambientalistas, ativistas dos direitos trabalhistas, mídia liberal, universidades progressistas, grupos socialmente e economicamente vulneráveis, como os *dalits* (castas baixas) e agricultores, para citar alguns” (Kaul 2017, 529, tradução minha). Embora menos intensas que as demandadas pelos radicais, tais medidas serviram para manter fiéis os grupos nacionalistas mais radicais e não elevar para além do suportável as tensões entre setores políticos da sociedade.

A Caxemira, por outro lado, foi escolhida como palco para o exercício explícito do hinduísmo extremado. Por ser o único estado federado com maioria populacional muçulmana, constituiu-se como o melhor candidato para o governo demonstrar sua campanha identitária. Além da maioria islâmica, a Caxemira representa a guerra com o Paquistão, que fraturou politicamente a civilização indiana e reduziu o território da Índia independente. Naquele estado, a atuação ideológica do BJP é mais incisiva dado o seu simbolismo regional. Essa realidade explica, em parte, a recente onda conflitiva e o reavivamento da disputa com o país vizinho (Shukla 2019).

Desde o recrudescimento das tensões, a política de Modi para a Caxemira é marcada pela repressão e intervenção política, atenuadas por um discurso inclusivo e conciliador, e associado à construção de obras de infraestrutura. O aumento das forças militares e paramilitares na Caxemira indiana a coloca como uma das regiões mais militarizadas do mundo, se considerado o critério da relação quantitativa de habitantes e efetivos de segurança (Singh 2016). Tal quadro evoluiu no governo do BJP, que vê na repressão a única resposta possível à atuação de grupos islamistas na região. Ademais, desde 2014, o Estado já passou por três intervenções federais:³ em 2015, em decorrência do fracasso do Parlamento estadual em formar uma coalizão de governo; em 2016, devido ao falecimento do governante estadual, de partido aliado ao BJP, e de 2018 a 2019, em função da instabilidade política. Nenhum outro estado da federação teve mais episódios de interferência do poder central (Shukla 2019; Pant 2019).

Soma-se à atuação de militares e paramilitares na Caxemira as inovações nas ações militares contra o vizinho e tradicional rival Paquistão. Em setembro de 2016, o governo de Modi autorizou os chamados “ataques cirúrgicos” em territórios da Caxemira paquistanesa, ação ofensiva invasiva

evitada por gestões anteriores (Gokhale 2017). Os ataques cirúrgicos, naquelas circunstâncias, foram incursões de tropas especializadas pela Linha de Controle que divide a Caxemira, para destruir bases operacionais de grupos radicais islamistas. A infiltração ocorreu por terra cerca de três quilômetros adentro do território contíguo e alegou ter destruído recursos militares da organização terrorista *Jaish-e-Mohammed (JeM) — Exército de Maomé* (Gokhale 2017). A mesma nomenclatura “cirúrgica”, que remete a táticas de destruição precisas e sem baixas civis, foi usada na resposta aos atentados contra os paramilitares indianos em fevereiro de 2019. Dessa vez não ocorreu invasão terrestre, mas bombardeios realizados por aeronaves modernizadas MiG-21, que adentraram o espaço aéreo paquistanês (Chakravarty 2019). A possibilidade de invasão do Paquistão não é uma novidade do governo do BJP. Doutrinas e manifestos militares anteriores, como a “Cold Start”, a aventaram em caso de ameaça nuclear. Entretanto, tal linha de ação fora considerada inviável ou indesejável pelas suas potenciais consequências envolvendo não apenas o Paquistão, mas China e Estados Unidos (Ladwig III 2008).

Além do recurso à força, intervenção política e reavivamento das tensões regionais, há uma outra iniciativa, igualmente provocativa, do governo indiano para a Caxemira, que é o incentivo ao retorno da comunidade hindu emigrada. Até a recente suspensão do Artigo 35A da Constituição, a legislação particular para a Caxemira não permitia a compra de propriedades por indianos não nascidos no estado, mas não regulamentava a volta cidadãos locais deslocados. O incentivo ao retorno dos hindus que emigraram ao longo dos anos 1990 tem sido uma das linhas de ação presidencial para atender demandas do BJP, articulada a um projeto de geração de empregos via obras públicas de infraestrutura, principalmente energéticas, ferroviárias e rodoviárias (Pandita 2019). As políticas de crescimento econômico induzidas pelo poder público, combinadas com a repressão e intervenção política, pretende construir a percepção de que os grupos radicais são ilegítimos e orientados por instituições paquistanesas para desestabilizar o país. O acirramento das tensões identitárias, opondo o nacionalismo hindu à comunidade muçulmana, se aproveita desse contexto regional para ganhar volume.

O nacionalismo hindu do governo de Modi, aqui compreendido como radicalização das diferenças identitárias na Índia e, com especial aplicação na região da Caxemira indiana, se configura como um dos elementos que alteraram a política regional da Ásia meridional. Tal movimento marca uma ruptura com a tradição secular e multicultural presente desde a fundação contemporânea do Estado indiano, politiza e acirra tensões políticas no país e impacta na condução da política exterior indiana na região. O nacionalis-

mo, em uma definição mais branda e próxima do patriotismo, pode significar o sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional, dentro da qual se partilham características e aspectos identitários. Em outra acepção, essa mais adequada ao caso indiano, representa não apenas a identidade comum, mas a aversão ao que se considera estrangeiro, diferente, ao que não é visto como nocivo ao interesse nacional. Nessa segunda interpretação (e aplicada ao caso indiano), submetida aos objetivos políticos e, portanto, arbitrária, são inseridos na categoria de rivais políticos não apenas os movimentos islamistas do sul da Ásia, mas também qualquer grupo crítico ao poder estabelecido (Anderson 2008; Levi 1998; Hobsbawm 1990). Por essa razão, na avaliação de Kaul (2017), no governo Modi muitos setores das minorias indianas foram prejudicados e, não raro, perseguidos.

A mudança na postura da Índia em relação à Caxemira deve-se à alteração na correlação de forças na Ásia do Sul concernentes à crescente assimetria de capacidades militares convencionais e tecnológicas. Tal transformação embasa a orientação do governo Modi para a disputa regional e oportuniza a radicalização interna em termos identitários.

A Caxemira e as capacidades militares operacionais de Índia e Paquistão

As mais de sete décadas da disputa pela Caxemira permitem algumas conclusões elementares. Primeira, depois de encerrada a primeira guerra, em fins de 1948, e estabelecida a Linha de Controle, a Índia consentiu, informalmente, com a divisão territorial estabelecida. Afinal, ao país restou a maior parte do antigo principado e as maiores cidades, incluindo a capital. Segunda, em perspectiva histórica, apesar de constar na Constituição nacional o pertencimento de toda a Caxemira à Índia, não ocorreram ações ofensivas substantivas para incorporar as porções paquistanesas e chinesas da Caxemira à federação indiana. Por tradição, o comportamento indiano foi defensivo e reativo. Terceiro, embora seja uma guerra local por natureza, a questão da Caxemira logo foi inserida na lógica de disputas bipolares da Guerra Fria devido à relevância das nações envolvidas, confirmando uma rede internacional de alianças pragmáticas articuladas com os países da Ásia meridional, o que dissuadiu, por vezes, a escalada militar (Neves Jr. 2014; 2015). Por essas razões, a recente postura agressiva do governo Modi chamou a atenção e gerou questionamentos sobre as suas motivações. Se é insuficiente associar tal reorientação apenas ao nacionalismo hindu do BJP, visto que é um partido tradicional da política indiana e já governou o país em outras ocasiões, resta a questão de saber o que mudou na conjuntura de forças sul-asiáticas para oportunizar a reformulação da política externa indiana para a Caxemira e o Paquistão.

A linha de argumentação proposta é de que a radicalização se explica pela crescente assimetria de capacidades militares quantitativas e qualitativas no contexto da bipolaridade regional da Ásia Meridional (Buzan and Wæver 2003), associada à novidade de um governo indiano com projeto político distinto das gestões anteriores. As características do governo do *Partido do Povo* foram apresentadas em seção anterior, resta desenvolver o argumento sobre a assimetria de capacidades que oportuniza ações políticas de segurança mais incisivas no Estado de Jammu e Caxemira.

A abordagem teórica aqui adotada partiu de uma constatação essencial da chamada Teoria da Transição de Poder — TTP, sintetizada da seguinte maneira:

[...] A TTP [Teoria da Transição de Poder] se preocupa com as relações das grandes potências (especificamente a potência dominante e os desafiantes) em tempos de mudanças e transições de poder. A guerra entre grandes potências, de acordo com a TTP, geralmente surge para definir o controle da ordem internacional. Diferentemente da teoria do equilíbrio de poder, *a TTP espera que a guerra se torne mais provável quando a diferença de poder entre o poder dominante e um desafiante diminui e se aproxima da paridade. Enquanto o poder dominante gozar de predominância (uma grande margem de poder), a TTP espera que não ocorram guerras, pois o poder dominante pode obter o que deseja sem recorrer à força e seus pares mais fracos devem cumprir, porque ficaria claro como um encontro militar terminaria. Somente quando os dois lados se aproximam da capacidade de poder, quando atingem a paridade, é que a ação militar vale a pena, pois seu resultado não é predeterminado.* Como os dois lados podem acabar vencendo, nenhum deles está disposto a recuar (Rauch 2017, 645, tradução e grifo meus).

Originalmente, a TTP foi concebida para cenários de transição sistêmica marcados pela existência de um poder hegemônico e uma ou mais potências contestadoras, para as quais as características essenciais da ordem vigente limita seus interesses (Organski and Kugler 1989). Para transformar a hierarquia entre os Estados, o desafiante deveria promover um nível de desenvolvimento interno com capacidade de projeção de poder próximo ou superior à nação hegemônica para reverter sua supremacia (Organski and Kugler 1989, 176–7; DiCicco and Levy 2003, 118–20).

No caso particular da Ásia Meridional, uma aplicação ajustada da TTP, sugestiva da transformação das relações na região, foi indicada por Barry Buzan e Ole Wæver em 2003. Na obra *Regions and Powers*, os autores cogitam a transição da bipolaridade para uma hegemonia unipolar indiana devido a um possível crescimento da assimetria entre Índia e Paquistão, sinalizada no início dos anos 2000. Na argumentação, fatores militares,

econômicos, demográficos, da diplomacia regional e do quadro de alianças asiático e global entravam como condicionantes da mudança (Buzan and Wæver 2003, 116–20). Contudo, no período de sua publicação e considerado o histórico conflituoso entre as potências regionais, a mudança na estrutura do Complexo Regional sul-asiático consistia apenas em uma plausível hipótese.

Assim, amparado em um projeto ultranacionalista interno, e na avaliação positiva da superioridade em termos de potencial e poder militar, o atual governo da Índia acredita poder alterar seus padrões históricos de comportamento para a Caxemira. As radicais reformas jurídico-políticas internas, como indicado antes, e a postura mais incisiva e belicosa seriam derivadas dessa percepção.

Entretanto, uma ressalva teórico-metodológica particular ao contexto sul-asiático é necessária. Desde a criação de ambos os países, no final dos anos 1940, até o primeiro marco temporal adotado aqui (o ano de 1999), a simetria de capacidades nunca foi uma realidade. Embora variantes no tempo, os indicadores tradicionais e operacionais de potencial e poder militar favoreceram a Índia, mas não impediram que ambos os países entrassem em guerra. Destarte, o ponto inicial para analisar se foi consolidada uma vantagem substantiva para a Índia no contexto da Ásia meridional será o do último conflito, de 1999, mesmo que na ocasião houvesse a assimetria histórica entre Índia e Paquistão

Em um primeiro momento, para estabelecer a comparação de capacidades militares, representadas por potencial e poder militar, o método empregado nessa seção destaca o perfil de forças, combinando critérios 1. abrangentes, 2. de controle, e 3. operacionais. Os parâmetros mais gerais (abrangentes ou brutos) para o cotejo são: 1. Produto Interno Bruto — PIB; 2. *Composite Indicator of National Capability* — CINC e; 3. Registros de solicitação de Patentes pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Os chamados padrões *de controle* se conectam diretamente aos abrangentes e pretendem reforçá-los ou debilitá-los de acordo com os resultados; são esses fatores: 1. Produto Interno Bruto *per capita* e; 2. Índice de Desenvolvimento Humano — IDH. A análise quantitativa operacional levará em consideração os principais componentes de batalha do Exército, os Carros de Combate (*Main Battle Tank* — MBT), da Força Aérea, os Caças, no caso da Marinha, o crescimento da frota, representada pelo deslocamento em toneladas das principais plataformas combatentes (submarinos, porta-aviões, contratorpedeiros e fragatas), e o Comando de Espaço, quantidade e funções dos satélites.

Entretanto, não se pretende aferir as capacidades de maneira linear nos últimos vinte anos. Sempre que possível, os momentos comparados serão

os anos de 1999, marco da última guerra indo-paquistanesa, e o de 2018, data mais recente em vista da disponibilidade de dados. Sobre a disponibilidade, é importante ressaltar que esses são os marcos temporais de referência e a coleta de dados pretendeu os privilegiar. Entretanto, as informações nem sempre estavam disponíveis. Portanto, a comparação apresenta variações quanto aos anos em alguns indicadores: para o caso do CINC, os anos analisados são 1999 e 2012;⁴ para as solicitações de patentes na OMPI, 1999 e 2017; e para o IDH, os anos de 1990 e 2017.

A relevância de desenho de pesquisa para o objeto em estudo demanda a explicação pormenorizada de cada item e de como estão articulados em uma proposta analítica coerente. O PIB é um indicador convencional na aferição de capacidades nacionais pelos amplos aspectos econômicos constituintes de sua base, mas é genérico e os elementos que o compõe refletem indistintamente potencial e poder militar. O CINC, uma base de dados tradicional ao campo dos Estudos Estratégicos (foi elaborado para o período de 1816 a 2012), comporta em seu cálculo seis parâmetros para sua composição, todos construídos em sua proporção aos dados globais: gastos militares, pessoal militar, consumo de energia, produção de ferro e aço, população urbana e população total de um país; normalmente aparece nas análises associado ao PIB (Beckley 2018). Esses referenciais foram escolhidos devido à sua importância na definição das guerras tradicionais no período delimitado.

A inclusão da variável referente à solicitação de patentes junto à OMPI deve-se à realidade tecnológica da guerra contemporânea, na qual Pesquisa e Desenvolvimento tornou-se um fator determinante. Se o emprego da massa era protagonista na definição das batalhas até meados dos anos 1970, a modernização militar induzida pelos Estados Unidos desde então, que inaugurou a “nova forma americana de fazer a guerra”, veio se somar a esse princípio (Boot 2006). Desde a Guerra do Golfo de 1991, um novo conceito de guerra, fundada na Digitalização, Consciência Situacional Ampliada e Ataques de Precisão, impactou a natureza da guerra, alterou a polaridade e polarização sistêmica e obrigou candidatos a potência desafiante a promover, de acordo com suas particularidades e limitações, suas próprias atualizações militares (Martins 2008; Neves Jr. 2015). Por essa razão, no cotejo de capacidades, as patentes, consequências diretas do estímulo à P&D, conformam um fundamento adequado ao desenho de pesquisa.

Como instrumento *de controle*, e para balancear e legitimar os indicadores de capacidades genéricos listados, são apontadas duas referências relativas à aspectos sociais internos de Índia e Paquistão: o PIB *per capita* e o IDH. Essa inserção se deveu às considerações presentes em críticas ao emprego restrito dos chamados parâmetros “brutos” como o PIB e o

CINC. Para Michael Beckley (2018) e Carsten Rauch (2017), custos multivariados, como os de produção, representado, entre outros, por acesso a matérias primas; despesas com bem-estar social (saúde, educação, etc.) e gastos com segurança interna, impactam na projeção de poder de uma nação. Para corrigir esses desvios metodológicos Beckley sugere a inclusão do PIB *per capita*, avaliado como “indicador líquido”, como contrapeso (2018, 17–9). Contudo, tendo em consideração as críticas ao emprego do PIB *per capita* como indicador social adequado, por negligenciar concentração de renda e riqueza, nesse artigo foi sugerida outra medida complementar, o Índice de Desenvolvimento Humano. Para a construção do IDH são levados em conta a longevidade, o acesso à educação e a renda da população (Ipea 2013), fatores essenciais para verificar se os custos mencionados por Beckley e Rauch tem peso substantivo nas capacidades de projeção de poder de um Estado.

Ainda sobre o método, para uma imagem mais fidedigna das capacidades de Paquistão e Índia na conjuntura atual seria necessário um estudo que considerasse não apenas aspectos quantitativos abrangentes do perfil de forças, mas também uma apreciação quantitativa correspondente aos principais meios de guerras dos dois países. Portanto, carros de combate, aeronaves de caça multifuncionais, crescimento da frota (representado pelo deslocamento em tonelagem de submarinos e vasos de combate) e sistema de plataformas espaciais constituem o último critério analítico.

A apresentação quantitativa será realizada pela construção de dois conjuntos de dados (indicados nas páginas seguintes). O primeiro contendo os indicadores brutos (ou abrangentes) e os referenciais líquidos (ou *de controle*); e o segundo remete ao referencial operacional comparado de Índia e Paquistão nos anos de 1999 e 2018. Complementarmente, para efeitos de uma comparação resumida, serão empregadas fórmulas adaptadas de Michael Beckley (2018) para mensurar as capacidades nacionais brutas, líquidas e operacionais selecionadas. Nesse sentido, duas equações correlacionadas foram elaboradas:

$$\left[\frac{\left(\frac{\text{PIB } 1}{\text{PIB } 1 + \text{PIB } 2} \right) + \left(\frac{\text{CINC } 1}{\text{CINC } 1 + \text{CINC } 2} \right) + \left(\frac{\text{INOV } 1}{\text{INOV } 1 + \text{INOV } 2} \right) + \left(\frac{\text{PIB pp } 1}{\text{PIB pp } 1 + \text{PIB pp } 2} \right) + \left(\frac{\text{IDH } 1}{\text{IDH } 1 + \text{IDH } 2} \right)}{5} \right]$$

Equação 1 – Indicadores Brutos e Líquidos de Capacidade Nacional

Legenda: PIB — Produto Interno Bruto; CINC — *Composite Indicator of National Capability*; INOV — Solicitação de Patentes; PIB pp — Produto Interno Bruto *per capita*; IDH — Índice de Desenvolvimento Humano.

Fonte: Elaboração e adequação a partir de Beckley 2018.

$$\left| \frac{\left(\frac{T1}{T1+T2} \right) + \left(\frac{C1}{C1+C2} \right) + \left(\frac{N1}{N1+N2} \right) + \left(\frac{S1}{S1+S2} \right)}{4} \right|$$

Equação 2 – Indicadores Operacionais de Capacidade Nacional

Legenda: T — número de MBT (Carros de Combate); C — número de aeronaves de Caça; N — deslocamento de vasos de guerra (em toneladas); S — Número de satélites.

Fonte: Elaboração própria a partir de Beckley 2018.

A *Equação 1* estabelece a proporção, representada em porcentagem, dos dados do país 1 (Índia), em relação ao país 2 (Paquistão). Apenas para esclarecimento, o valor nominal do PIB 1 (Índia) dividido pelo PIB 1 acrescido do PIB 2 (Paquistão) revela o percentual do PIB indiano se somados os PIBs dos dois países, procedimento reproduzido para os demais dados. Os referenciais PIB *per capita* e IDH intentam balancear os números brutos dos três indicadores iniciais. No caso, se a distância entre as medidas abrangentes for elevada, ela pode ser compensada por fatores sugestivos de bem-estar social e distribuição interna. Se, então, nos períodos analisados houver uma distância proporcional expressiva nos dados brutos e nos líquidos, resta subsidiada a conclusão de uma supremacia (ou hegemonia) da Índia na Ásia Meridional. Já a *Equação 2* complementa a anterior ao contribuir com o perfil operacional de forças comparado entre as duas potências regionais.

Considerado o aqui intitulado “Conjunto de Dados 1 — Indicadores abrangentes e de controle (Brutos e Líquidos) de Capacidades Nacionais”, fica clara uma assimetria substantiva em relação aos indicadores brutos. Somados os indicadores dos dois países, a Índia possui mais de 80% do PIB e CINC e bem mais de 90% quando considerada a solicitação de patentes. Já para os indicadores líquidos, há uma distância moderada em favor da Índia (mais de 50% em se tratando do PIB pp e IDH). Assim, aplicando tais cifras na *Equação 1*, comparando os dois momentos selecionados, a distância entre Índia e Paquistão é evidenciada na *Tabela 1* a seguir.

Tabela 1
Diferenças entre recursos de poder brutos e líquidos
entre Índia e Paquistão (em %)

	1999	2018
Comparação Índia vs. Paquistão	74,12%	76,93%

Fonte: Elaboração própria.

Formação do Índice Composto de Capacidade Nacional - CINC - 1999 e 2012

	1. milex	2. milper	3. irst	4. pec	5. tpop	6. upop	CINC	% Ind-Pak
1999	13895000	1300	24296	651232	998056	161743	679565	83,64%
	PAQUISTÃO	590	900	58868	152331	32208	132955	
2012	33404000	1325	77264	1385461	1236687	223768	808987	84,75%
	PAQUISTÃO	5814000	642	1631	96717	179160	43352	145536

1. millex - military expenditures (US\$) - Orçamento militar (em milhares de dólares corrigidos)
 2. milper - military Personnel (thousands) - pessoal militar (em milhares)
 3. irst - iron and steel production (thousands of tons) - produção de aço e ferro (em milhares de toneladas)
 4. pec - primary energy consumption - Consumo de energia primária (toneladas de carvão ou equivalentes)
 5. tpop - total da população
 6. upop - total população urbana

Fonte: NMC, 2012

Solicitação Patentes - OMPI - 1999 - 2017 (em un.)

	Índia	Paquistão	% Ind-Pak
1999	2645	45	98,3%
2017	28009	245	99,1%

Fonte: OMPI, 2018

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

posição	país	1990	2017
130	Índia	0,427	0,640
150	Paquistão	0,404	0,562
	%Ind/Pak	51,41%	53,26%

Fonte: PNUD, 2019

PIB (em US\$ corrigidos) comparado - Índia e Paquistão - 1999 e 2018

Ano	Índia	Paquistão	% Ind-Pak
1999	458.820.428.317,59	62.973.855.718,89	87,93%
2018	2.726.322.616.821,31	312.570.060.548,45	89,71%

Fonte: Banco Mundial, 2019

PIB per capita (em US\$ corrigidos)

Índia e Paquistão - 1999 e 2018			
Ano	Índia	Paquistão	% Ind/Pak
1999	442,00	454,28	49,3%
2018	2.015,59	1.472,89	57,8%

Fonte: Banco Mundial, 2019

Conjunto de Dados 1 — Indicadores abrangentes e de controle (Brutos e Líquidos) de Capacidades Nacionais

Conclusões aproximadas foram verificadas ao se comparar os números do “Conjunto de Dados 2 — Indicadores Operacionais de Capacidades Nacionais”, referente aos dados somados das forças terrestres, aéreas, navais e espaciais. Conforme a *Tabela 2*, construída com a aplicação da *Equação 2*, a vantagem indiana para 1999 e 2018 aumentou muito pouco.

Perfil de Forças – MBT (CC)			% Ind-Pak
Ano	Índia	Paquistão	
1999	3414	2320	59,5
2018	3097	2467	55,7

Fonte: IISS, 1999 e 2018

Perfil de Forças - Caças (F. Aérea)*			% Ind-Pak
Ano	Índia	Paquistão	
1999	733	308	70,4
2018	623	377	62,3

* não inclui caças da Marinha e aeronaves especializadas em Apoio Aéreo Aproximado.

Fonte: IISS, 1999 e 2018

Crescimento da Frota ¹ - 1999 e 2018 ²			
Ano	Índia	Paquistão	% Ind-Pak
1999	161128	43808	78,62
2018	228653	32767	87,47

¹ deslocamento naval em tonelagem baseado em informações obtidas na base Jane's (2019)

² Inclui apenas principais submarinos e vasos de combate comissionados, de acordo com a classificação do Military Balance (IISS, 1999 e 2018)
Fonte: IISS, 1999 e 2018.

Programa Espacial - Índia e Paquistão - 1999 e 2018				
Plataformas Espaciais - Satélites (em unid.) ¹				
Ano	Tipo	Índia	Paquistão	% Ind-Pak
1999	Comunicação	6	0	
	Imageamento	5	0	
	Posicionamento	0	0	
	Outros	0	1	
	Total		11	1
2018	Comunicação	20	1	
	Imageamento	26	2	
	Posicionamento	8	0	
	Outros	8	0	
	Total		62	3

¹ Inclui satélites de propriedade e operados pelos países, inclusive plataformas compartilhadas com outras nações.

Fonte: ISRO, 2019; UCS, 2019; Mehdi, Su, 2019.

Conjunto de Dados 2 – Indicadores Operacionais de Capacidades Nacionais.

Tabela 2
Diferenças entre Capacidades Operacionais
entre Índia e Paquistão (em %)

	1999	2018
Comparação Índia vs. Paquistão	75,06%	75,20%

Fonte: Elaboração própria.

A análise constringe a hipótese de que a assimetria entre as potências regionais da Ásia meridional aumentou de forma substantiva nas duas últimas décadas. Ao se comparar os anos de 1999 e 2018, e considerados os medidores de capacidades bruta e líquida, há uma vantagem crescente em

favor da Índia. Contudo, esse aumento não foi determinante a ponto de autorizar uma alteração agressiva na política externa de segurança indiana para o Paquistão, como se testemunhou em anos recentes. Também, ao se cotejar as capacidades operacionais para os anos indicados, a vantagem da Índia se verifica, mas a ampliação da distância nas duas décadas foi menor que aquela dos dados brutos e líquidos. Em todos os casos, e considerando os dois marcos temporais, a superioridade indiana se mantém em proporção aproximada de 3 para 1 (cerca de 75% das capacidades em proporção).

A percepção de vantagens dos indianos não indica alterações no equilíbrio de poder na Ásia Meridional. Afinal, em 1999, contexto da última disputa regional, evidenciava-se uma assimetria aproximada à do ano 2018 e, mesmo assim, a guerra foi onerosa para indianos e paquistaneses, bem como não resultou em vitória clara para qualquer um dos lados — o *status quo* foi mantido. Assim, se a bipolaridade sul-asiática pode ser constatada até o final do século anterior, e se essa bipolaridade era sustentada mesmo com capacidades nacionais assimétricas, é plausível concluir que, observado apenas o fator quantitativo, não se construiu um cenário no qual exista uma vantagem indiana capaz de superar a configuração bipolar regional. Entretanto, a análise apenas dos dados gerais, ainda que balanceados pelos indicadores de controle e aprimorados pelo quantitativo operacional, descontextualiza e distorce a comparação. É essencial entender os termos em que se desenvolveu a guerra do Kargil e a natureza do conflito indo-paquistanês dos anos 1990 em diante.

Em 1999 os indianos enfrentaram uma ameaça assimétrica nas montanhas caxemires e mesmo sua superioridade em termos absolutos não foi suficiente para expulsar as tropas invasoras. Destarte, a assimetria militar na Ásia meridional deve ser compreendida em termos contemporâneos da guerra, referentes à modernização de plataformas, digitalização da guerra e avanços no estabelecimento da chamada Guerra em Rede — mudanças necessárias para garantir Consciência Situacional ampliada e Ataques de Precisão em uma dada zona operacional. Essas transformações foram essenciais para a chamada “nova maneira de fazer a guerra”, desenvolvida pelos Estados Unidos a partir dos anos 1970, apresentada nas guerras do Golfo de 1991 e do Iraque de 2003 (Tomes 2007). Essa modernização tem se mostrado necessária para conflitos convencionais e para a guerra irregular.

Na ocasião da guerra do Kargil (1999), cerca de 1500 homens pertencentes às forças militares paquistanesas, ainda que descaracterizados, cruzaram a Linha de Controle e se instalaram em regiões montanhosas próximas à cidade de Kargil, na Caxemira indiana. A intenção dos invasores era bastante clara: em um contexto internacional no qual ambos os países sofriam sanções por testar armamentos nucleares, pareceu oportuno ocupar

uma pequena porção da Caxemira indiana, exigir mediação de instituição neutra e pleitear, assim, uma alteração das fronteiras, ainda que diminuta, entre os dois países. Dificuldades dos serviços de inteligência em detectar a invasão e, após, das forças terrestres e aéreas em expulsar os paquistaneses evidenciaram as limitações operacionais da Índia — não tinham meios para detectar as exatas posições inimigas ou para atingi-las, caso localizadas. Ainda as falhas do terreno montanhoso, o clima e o uso de sistema portátil de defesa antiaérea (*Man-Portable Air-Defense System* — Manpads, mísseis portáteis terra-ar contra aeronaves) favoreceram os paquistaneses (Qadir 2002). Faltava aos indianos recursos de Consciência de Situação ampliada do cenário de guerra, capaz de oferecer imagens em tempo real das posições inimigas para realizar Ataques de Precisão (Acosta 2003).

A campanha do Kargil extenuou as forças militares e o orçamento de guerra indiano. Mais de 20 mil homens foram mobilizados contra um número muito menor de combatentes. A dificuldade das aeronaves de caça e de asas rotativas para operar em clima adverso, sem capacidade de disparos à distância e contra mísseis portáteis, jogou a responsabilidade para a artilharia. Esta, por sua vez, disparava a esmo por não contar com informações precisas sobre a posição adversária. O deslocamento dos invasores demorou mais de 2 meses e demonstrou ao governo o despreparo para a guerra irregular (Qadir 2002).

Por esses motivos, desde então, e ajustado às suas necessidades e limitações, a Índia vem desenvolvendo capacidades militares características do padrão de modernização militar demonstrado pelos Estados Unidos. Esse modelo privilegia a guerra em rede, com a digitalização das estruturas de Comando e Controle e das plataformas de guerra, que permite, por sua vez, Consciência de Situação Ampliada e Ataques de Precisão no Teatro de Operações (Boot 2006; Martins 2008). As perguntas, nesse caso, são: se realizados esses avanços nas últimas duas décadas, a Índia seria capaz de evitar outro episódio análogo ao do Kargil, de 1999? E, se a crença na modernização militar como ferramenta para evitar novas intrusões garantiu ao governo indiano adotar uma política mais agressiva na Caxemira e contra o Paquistão? Para responder às perguntas e, assim, averiguar se a Índia está preparada para a guerra irregular na Caxemira, a análise se concentrará no perfil de forças indiano relacionado à Consciência de Situação Ampliada e Ataque de Precisão.

A respeito do primeiro fator, Consciência de Situação Ampliada, é o que apresenta maior avanço da modernização militar indiana. Um dos destaques, nesse campo, é o programa espacial do país. Conforme o *Conjunto de Dados 2*, em 1999 a *Indian Space Research Organisation* — ISRO possuía apenas 11 satélites de comunicação e imageamento e nenhum deles

de uso exclusivo das Forças Armadas. Em 2018 esse número aumentou mais de cinco vezes e o país conta com 62 plataformas espaciais, incluindo um sistema de navegação e posicionamento com alcance regional, o *Indian Regional Navigation Satellite System* — IRNSS, composto por oito plataformas, e diversos satélites de comunicação e de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (sigla em inglês: ISR). Duas das plataformas espaciais de comunicação, três de ISR e todo o sistema IRNSS são controlados pelos militares. A aquisição de imagens, a comunicação tática entre o comando e os destacamentos militares encarregados de encontrar os invasores e, principalmente, a guiagem de atuadores contra tropas paquistanesas em Kargil, em 1999, era impossível pelos meios à disposição da Índia. O desenvolvimento do programa espacial das últimas décadas sugere que essa insuficiência foi, em parte, superada.

Para além da dependência exclusiva das bases espaciais, a redundância é um fator imprescindível para consciência situacional. As aeronaves de ISR da Índia que colaboram nesse campo são três plataformas russas Beriev-50, equipadas com sistema de radares israelens *Phalcon*, de varredura eletrônica ativa (*Active Electronically Scanned Array* — AESA), um Sistema Aerotransportado de Alerta e Controle (popular pela sigla em inglês AWACS). Além de outros três aviões EMB-145AEW, também equipados com radar de varredura eletrônica construídos em parceria com a Suécia. O objetivo principal de tais sistemas é, via enlace digital, identificar aeronaves inimigas e direcionar as defesas aéreas e antiaéreas. Contudo, pelas capacidades aprimoradas de seus radares, também são dotadas de sensoriamento remoto, podendo identificar movimentações em terrenos com aspectos variados (Neves Jr. 2015).

Ainda sobre as capacidades de CSA, a Índia opera Veículos Aéreos Não Tripulados — VANTs de origem israelense, e um deles, o *Nishant*, parcialmente construído na Índia, pela empresa estatal *Defence Research and Development Organization* — DRDO. Os VANTs da *Israel Aerospace Industries*, o *Heron* e o *Searcher*, são empregados para vigilância/reconhecimento, inteligência de sinais e direção de tiro, mas não são armados, o que, no caso das deficiências verificadas em Kargil (1999), configura limitação importante. Em relação à internalização de tecnologias e possibilidade de construir *drones* nacionalmente, esse é um problema estrutural para o complexo industrial militar indiano, que afeta em particular o perfil de forças de VANTs. O *Nishant* deixou de ser produzido por falhas no projeto, causadoras da queda de 4 aeronaves; e os outros projetos desse tipo, os VANTs *Rustom I* e *II*, ainda estão em fase de testes (Jane's 2019).

Em relação às capacidades de ataque de precisão, essa configura uma limitação substantiva das forças militares indianas. Os mísseis e bombas

guiados por laser dispostos em caças de origem francesa como o *Mirage 2000* e o *Jaguar* dificilmente seriam eficientes em climas instáveis e terrenos acidentados como as montanhas da Caxemira. Tais meios exigem a “iluminação” contínua dos alvos, ação difícil de realizar naquelas circunstâncias. O recurso por excelência para essa função seria o míssil de cruzeiro Brahmos, desenvolvido em cooperação com a Rússia, com alcance de 300km, guiado por satélite, e disparado de terra, mar e ar. Recentemente, versão do Brahmos foi incorporada aos caças Sukhoi-30 indianos — um caça de 4ª geração+ que se pretende espinha dorsal da Força Aérea indiana e possui tecnologia digital capaz de integrar em rede outras aeronaves modernizadas.

A artilharia indiana possui também recursos limitados, se considerado o critério de precisão. As divisões de artilharia da Índia operam com a munição russa guiada por laser *Krasnopol*, que, todavia, não resolveria os problemas de precisão necessários a casos similares ao de Kargil. A recente aquisição de projéteis M982 *Excalibur*, guiados por satélite, e de mísseis anticarro *Hellfire*, disparados de helicópteros, ambos estadunidenses, visam a sanar essa lacuna, mas ainda não foram incorporados e tornam as forças militares do país dependentes de produtos importados. Há projetos para desenvolvimento de artilharia inteligente e mísseis nacionais, vinculadas ao *Integrated Guided Missile Development Programme*, mas até o momento os produtos decorrentes não foram comissionados (Snow 2016).

Uma análise transversal do perfil de forças militares modernizadas da Índia sugere uma avaliação positiva quanto aos fatores Consciência de Situação Ampliada e Ataque de Precisão e, por consequência, sobre suas possibilidades de atuar contra ameaças irregulares, mas também revela insuficiências estruturais substantivas. Novas intrusões na Caxemira indiana por grupos militares paquistaneses teriam resposta adequada tanto pelas plataformas e equipamentos adquiridos, quanto pela preocupação refletida em doutrina das forças militares indianas. Temas como guerra assimétrica, sinergia efetiva dos ramos das Forças Armadas e modernização militar com tecnologias digitalizadas integram os principais documentos doutrinários do Exército (India 2018), Marinha (India 2015) e Força Aérea (India 2012), e são recorrentes no texto “Doutrina Integrada das Forças Armadas Indianas” (India 2017).

Quanto às limitações, duas devem ser ressaltadas: A — até o momento, visto a ausência de situações aproximadas à de 1999, as capacidades de combate a ameaças assimétricas não foram testadas em circunstâncias reais de combate, apenas em exercícios controlados; e B — em que pese o esforço para estabelecer um sistema modernizado capaz de prover CSA e AP, resta a conclusão óbvia sobre as dificuldades em internalizar as tec-

nologias adquiridas no exterior. Esse último ponto representa obstáculo substantivo no processo de modernização militar indiano, demonstra a dependência de parceiros internacionais, e sugere obstáculos substantivos para manter conflitos de média e longa duração.

A estratégia indiana de impulsionar a internalização tecnológica com o estabelecimento de parcerias entre empresas públicas internacionais tem apresentado resultados satisfatórios, visto o lento avanço de empreendimentos puramente nacionais. Há colaboração de instituições públicas indianas, vinculadas à DRDO, ou a própria *Hindustan Aeronautics Limited* — HAL com organizações estatais de defesa russas e israelenses, ou mesmo a formação de *joint-ventures* (Neves Jr. 2015). O caça Su-30, o míssil Brahmos, o radar AESA do EMB-145AEW *Netra*, entre outros, são evidências dessa estratégia e recebem impulso de programas nacionais de internalização de produtos de defesa no país.

Retomando a argumentação central do texto, e com respeito ao atual governo indiano e sua política ultranacionalista para a Caxemira e de confrontação com o Paquistão, associa-se então a sua vantagem estrutural e histórica de capacidades militares à atual modernização baseada capacidades de CSA e AP. Tal proposta permite assumir algumas proposições:

- A agressividade do governo indiano contra movimentos islamistas na Caxemira e contra as demandas do Paquistão de incorporação da região disputada se articula ao discurso nacionalista hindu interno para definir um “inimigo” nacional, capaz de orientar as ações governamentais e atender parte da opinião pública; e
- Tais políticas internas/externas se amparam na combinação da percepção (todavia, unilateral) de superioridade de capacidades militares convencionais tradicionais e, recentemente, modernizadas, consideradas eficazes para dissuadir novas incursões militares paquistanesas na Caxemira indiana.

Por fim, no que se refere ao quadro de acordos de política exterior, a Índia se beneficia de uma conjuntura internacional favorável e cada vez mais prejudicial ao rival sul-asiático pelas seguintes razões:

- A. A ascensão da extrema-direita na Índia faz parte de movimento similar em outros países, incluindo Estados Unidos que, mesmo antes, já conduzia uma política pró-indiana;
- B. O projeto estadunidense lançado por Barack Obama de contenção à China (*Pivot to East Asia*, de 2012) demanda cooperação com potências regionais, critério aplicável ao caso indiano;

- C. O relativo isolamento internacional do Paquistão como consequência das conexões de setores estatais (serviço secreto e setores das Forças Armadas) com grupos jihadistas atuantes no Afeganistão e Índia; e
- D. A contradição evidente de tomar parte na Guerra ao Terror e articular organizações jihadistas retirou grande parte da legitimidade das lideranças políticas paquistanesas e radicalizou as disputas internas, impactando, assim, na governabilidade e na confiança nas instituições.

Em regra, a Teoria de Transição de Poder se concentra nas análises de capacidades estruturais, perfil de força e poder/potencial militar para averiguar se potências desafiantes podem se transformar em novas potências hegemônicas. O exercício aqui apresentado, que se pautou na avaliação quantitativa e qualitativa do potencial/poder militar da Índia, indicou tendência em sentido contrário. Considerando a vantagem militar tradicional indiana, a evolução recente de sua modernização, e o projeto político ultranacionalista do governo do BJP, conclui-se que governo civil e comando militar estão convictos da sua supremacia bélica e hegemonia política no sul da Ásia. A região escolhida, por óbvio, para demonstrar essa condição autoatribuída foi o estado de Jammu e Caxemira, contestado pelo Paquistão e único da Federação de maioria populacional proporcional islâmica. Destarte, as ações de Modi procuram demonstrar, de maneira complementar ao conflito indo-paquistanês, que a caracterização da Ásia meridional como um “Complexo Regional de Segurança bipolar” já não mais se aplica. A unipolaridade configuraria uma classificação mais adequada e coloca a Índia como possível grande potência, capaz de influir no sistema internacional para além do seu entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenho de pesquisa apresentado, composto por duas variáveis — as políticas identitárias radicais e o perfil de forças em perspectiva histórica recente — teve por finalidade destacar os fatores principais para a recente alteração de padrões na disputa pela Caxemira. A proposta analítica compreendeu, portanto, a convergência da intenção com os meios para um objetivo. Por ser uma abordagem valorativa da conjuntura e se concentrar no atual governo do BJP, há limitações consideráveis, mas caso essa tendência se confirme, abre-se uma nova fase nos padrões de confrontação indo-paquistanesa. Desde a independência, a disputa entre as duas principais nações sul-asiáticas marcou as respectivas realidades nacionais e parâmetros de atuação externa — a bipolaridade restringia ambos os países

ao cenário regional. A possível superação das disputas e formalização das fronteiras colocaria a Índia como forte candidata à condição de grande potência asiática, não apenas pela pacificação, mas pelas transformações estruturais apresentadas nos últimos anos. Entretanto, o caminho escolhido pela gestão Modi não parece ser o mais ajustado para essa finalidade, não porque o investimento militar seja desnecessário ou a modernização militar esteja em descompasso com o projeto nacional, mas sim pelos usos dessa nova condição.

O novo patamar do perfil de forças da Índia deveria ser empregado como “carta de garantia” à segurança regional e, nesse sentido, evitar demonstrações de força para reavivar revanchismos contra a nação vizinha. Uma hegemonia regional construída de maneira coletiva, capaz de garantir a estabilidade contra ameaças externas e internas, de tipificação diversa, seria um projeto mais plausível. Em 2015, Índia e Paquistão passaram a integrar instituição regional de segurança, a Organização para a Cooperação de Xangai — OCX. A Organização tem como diretriz, entre outras, promover a estabilização securitária na Ásia, com o enfrentamento de ameaças assimétricas comuns e, em especial, elaborar programas conjuntos para combater os chamados três “ismos”: separatismo, extremismo e terrorismo (Neves Jr. and Piccolli 2012). No caso particular da Ásia meridional, são justamente esses os tipos de ameaça à governabilidade das duas nações: radicais islâmicos contrários a qualquer negociação no caso da disputa pela Caxemira; movimentos islamistas sediados não apenas na Caxemira, mas em outros Estados federados indianos; e grupos separatistas naxalites no leste da Índia. Destarte, as capacidades militares convencionais e para guerra assimétrica recém constituídas pelo governo do BJP deveriam ser um ativo para, no plano externo, ter efeito dissuasório e afiançar a soberania de ambos os países e, no âmbito interno, promover a cooperação para estabilidade institucional. A regionalização de segurança, iniciativa mais segura e fiável, tem sido preterida em favor de radicalizações discursivas e demonstrações de força pouco convenientes à superação da condição bipolar sul-asiática.

REFERÊNCIAS

Acosta, Marcus P. 2003. “High Altitude Warfare: the Kargil conflict and the future”. Dissertação (mestrado) — Naval Postgraduate School, Monterey.

Anderson, Benedict. 2008. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Banco Mundial. 2019. *DataBank*. <https://databank.worldbank.org/home>.

Beckley, Michael. 2018. "The Power of Nations: measuring what matters." *International Security* 43, no. 2: 7–44.

Boot, Max. 2006. *War Made New: Technology, Warfare and the Course of History*. New York: Gotham Books.

Buzan, Barry, and Ole Wæver. 2003. *Regions and Powers: the structure of International Security*. Cambridge-UK: Cambridge University Press.

Chakravarty, Ipsita. 2019. "How the Narendra Modi government let Kashmir slide into chaos again." *Quartz India*. <https://qz.com/india/1552834/how-the-narendra-modi-government-let-kashmir-slide-into-chaos-again/>.

Cohen, Stephen P., and Sunil Dasgupta. 2010. *Arming without aiming: India's military modernization*. Washington: Brookings Institution Press.

COWP. Correlates of War Project. 2012. *National Material Capabilities*. CINC. <https://correlatesofwar.org/data-sets/national-material-capabilities>.

Cruz, Sebastiao Carlos Velasco e. 2000. "Teoria e método na análise de conjuntura." *Educação e Sociedade* 72: 145–52.

DiCicco, Jonathan M., and Jack S. Levy. 2003. "The Power Transition Research program. A Lakatosian analysis." In *Progress in international relations theory: appraising the field*, edited by Colin Elman, and Miriam Fendius Elman. Cambridge/MA; London: MIT Press.

Gokhale, Nitin A. 2017. *Securing India the Modi Way. Pathankot, surgical strikes and more*. New Delhi; London; Oxford; New York; Sydney: Bloomsbury Publishing India Pvt. Ltd.

Hobsbawm, Eric J. 1990. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Hussain, Murtaza. 2019. "India moves to strip Kashmir of autonomy, potentially setting up conflict in disputed territory." *The Intercept*. <https://theintercept.com/2019/08/05/india-kashmir-autonomy-status/>.

IISS. 1999. International Institute for Strategic Studies. *The Military Balance. 1999*. Londres: Brassey's.

_____. 2018. International Institute for Strategic Studies. *The Military Balance. 2018*. Londres: Brassey's.

- India. 2012. India Air Force. *Basic Doctrine of the Indian Air Force*. <http://indianairforce.nic.in/pdf/Basic%20Doctrine%20of%20the%20Indian%20Air%20Force.pdf>.
- _____. 2015. Indian Navy. *India Maritime Doctrine*. <https://www.indiannavy.nic.in/sites/default/files/Indian-Maritime-Doctrine-2009-Updated-12Feb16.pdf>.
- _____. 2017. Integrated Defense Staff. *Joint Doctrine Indian Armed Forces*. https://www.ids.nic.in/IDSAdmin/upload_images/doctrine/JointDoctrineIndianArmedForces2017.pdf.
- _____. 2018. Indian Army. *Land Warfare Doctrine*. <http://www.ssri-j.com/MediaReport/Document/IndianArmyLandWarfareDoctrine2018.pdf>.
- Ipea. 2013. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/>.
- ISRO. 2019. Indian Space Research Organisation. *All Satellites*. <http://www.isro.gov.in>.
- Jaffrelot, Christophe. 2007. *Hindu Nationalism. A Reader*. Princeton/NJ: Princeton University Press.
- Jane's. 2019. Information Handling Services Jane's. *ADE Rustom*. <https://janes-ihs-com.nduezproxy.idm.oclc.org/Janes/Display/juava351-juav>.
- Joshi, Vijay. 2018. "Three and a half Years of Modi: an Economic Assessment." *Indian Politics & Policy* 1, no. 1: 25–50.
- Kaul, Nitasha. 2017. "Rise of the political right in India: Hindutva-development mix, Modi myth, and dualities." *Journal of Labor and Society* 20: 523–48.
- Ladwig III, Walter C. 2008. "A Cold Start for Hot Wars? The Indian Army's New Limited War Doctrine." *International Security* 32, no. 3: 158–90.
- Levi, Lucio. 1998. "Nacionalismo." In *Dicionário de Política* v. 1. 11ª edição, edited by Norberto Bobbio, Nicola Matteucci, and Gianfranco Pasquino. Brasília: Editora UnB.
- Martins, José Miguel Quedi. 2008. "Digitalização e Guerra Local como Fatores do Equilíbrio Internacional." 2008, 327 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Mehdi, Miqdad, and Jinyuan Su. 2019. Pakistan Space Programme and International Cooperation: History and Prospects. *Space Policy* no. 47: 175–80.

Neves Jr., Edson J. 2014. “O Paquistão e o Combate ao Terrorismo na Ásia Meridional: entre o intervencionismo estadunidense e a regionalização da segurança.” In *Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror: reflexões sobre o terrorismo no século XXI*, edited by André de Mello e Souza, Reginaldo Mattar Nasser, and Rodrigo Fracalossi de Moraes. Brasília: Ipea.

_____. 2015. “A modernização militar da Índia: as virtudes do modelo híbrido.” 359 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Neves Jr, Edson J., and Larlecianne Piccolli. 2012. “O combate ao terrorismo internacional no Centro e Sul da Ásia: entre o intervencionismo estrangeiro e a regionalização de segurança.” *Relações Internacionais no Mundo Atual* 2: 102–18.

OMPI. 2019. Organização Mundial da Propriedade Intelectual. *WIPO IP Statistics Data Center*. <https://www3.wipo.int/ipstats/index.htm>.

Organski, Abramo F. K., and Jacek Kugler. 1989. “The Power Transition: a retrospective and prospective evaluation.” In *Handbook of War Studies*, edited by Manus I. Midlarsky. Boston: Unwin Hyman.

Pandita, Rahul. 2019. “In Kashmir, Modi Is Failing Both Muslims and Hindus.” *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2019/09/26/in-kashmir-modi-is-failing-both-muslims-and-hindus/>.

Pant, Harsh. V. 2019. “The Modi Government Scraps Kashmir’s Special Status: What Now?” *The Diplomat*. <https://thediplomat.com/2019/08/the-modi-government-scraps-kashmirs-special-status-what-now/>.

PNUD. 2019. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Human Development Data (1990-2017)*. <http://hdr.undp.org/en/data>.

Qadir, Shaukat. 2002. “An analysis of the Kargil conflict 1999.” *RUSI Journal* 147, no. 2.

Rauch, Carsten. 2017. “Challenging the Power Consensus: GDP, CINC, and Power Transition Theory.” *Security Studies* 26, no. 4: 642–64.

Seervai, Shanoor. 2016. “The Rising Tide of Intolerance in Narendra Modi’s India.” *Kennedy School Review*. <https://ksr.hkspublications.org/2016/07/27/the-rising-tide-of-intolerance-in-narendra-modis-india/>.

Shukla, Ajai. 2019. "Kashmir is in a perilous state because of India's pivot to nationalism." *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/mar/03/kashmir-in-perilous-state-because-of-indias-pivot-to-nationalism>.

Singh, Rani. 2016. "Kashmir: The World's most militarized zone, violence after years of comparative calm." *Forbes*. <https://www.forbes.com/sites/rani-singh/2016/07/12/kashmir-in-the-worlds-most-militarized-zone-violence-after-years-of-comparative-calm/#396362b43124>.

Snow, Shawn. 2016. "Is India Capable of a Surgical Strike in Pakistan Controlled Kashmir?" *The Diplomat*. <https://thediplomat.com/2016/09/is-india-capable-of-a-surgical-strike-in-pakistan-controlled-kashmir/>.

Souza, Herbert Jose de. 1984. *Como se faz Análise de Conjuntura*. Petrópolis/RJ: Vozes.

Tomes, Robert. 2007. *US Defense Strategy from Vietnam to Operation Iraqi Freedom. Military innovation and the new American way of war, 1973–2003*. London; New York: Routledge.

UCS. Union of Concerned Scientists. 2019. *UCS Satellite Database*. <https://www.ucsusa.org/resources/satellite-database>.

Vaishnav, Milan. 2019. "Religious Nationalism and India's Future." In *The BJP in Power: Indian Democracy and Religious Nationalism*, edited by Milan Vaishnav. Washington: Carnegie Endowment for International Peace Publications Department.

Verma, Rahul. 2019. "The Emergence, Stagnation, and Ascendance of the BJP." In *The BJP in Power: Indian Democracy and Religious Nationalism*, edited by Milan Vaishnav. Washington: Carnegie Endowment for International Peace Publications Department.

NOTAS

1. O Partido do Povo Indiano elegeu em 1998 o seu primeiro premiê, Atal Bihari Vajpayee, com mandato até 2004. Contudo, o governo de Vajpayee seguiu uma linha bem mais moderada e secular do que a esperada pelas lideranças dos movimentos nacionalistas hinduístas. O “BJP 2.0” sustenta a promessa de ser uma administração muito mais alinhada com as diretrizes dos grupos políticos da base.
2. Com exceção do último dos objetivos, causador das atuais polêmicas e tensões na Caxemira, mas que se insere nas realizações do segundo mandato de Modi, iniciado em maio de 2019.
3. Medida garantida pela Constituição que prevê a intervenção federal e suspensão das instituições políticas estaduais em caso de instabilidade política.
4. Apesar de 2012 ser o último ano da comparação, foi realizado um cotejo dos referenciais que compõem o dito Índice para o ano de 2018, e, na proporção, as cifras não foram muito diferentes. Por essa razão, o CINC de 2012 serve aos propósitos dessa análise.

A DISPUTA PELA CAXEMIRA ENTRE ÍNDIA E PAQUISTÃO:
NACIONACIONALISMO HINDU E PERFIL DE FORÇAS MILITARES

RESUMO

O artigo analisa as recentes transformações no conflito pela Caxemira entre Índia e Paquistão, destacando como variáveis relevantes o projeto do governo nacionalista hindu de Narendra Modi e o perfil de forças convencional e modernizado da Índia.

Palavras-chave: Índia, Paquistão, Perfil de Força Militar; Modernização Militar.

ABSTRACT

The paper analyzes the recent transformations in the Kashmir conflict between India and Pakistan, highlighting Narendra Modi's hindu nationalist government project and India's conventional and modernized forces profile as relevant variables.

Keywords: India, Pakistan, Military Force Profile; Military Modernization.